

**PROCESSO** - A. I. Nº 206915.0003/06-2  
**RECORRENTE** - DITEN COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 5ª JJF nº 0249-05/06  
**ORIGEM** - INFAZ ALAGOINHAS  
**INTERNET** - 20/05/2008

## 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJP Nº 0111-12/08

**EMENTA:** ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A diferença das quantidades de saídas de mercadorias, apurada mediante levantamento quantitativo de estoques, constitui comprovação suficiente da realização de operações sem emissão da documentação fiscal exigível. Alterada a Decisão de Primeira Instância após revisão fiscal efetuada pela ASTEC. Recurso **PARCIALMENTE PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo contribuinte contra a referida Decisão proferida pela 5ª Junta de Julgamento Fiscal, através do Acórdão JJF n.º 0249-05/06, que julgou Procedente o Auto de Infração em epígrafe.

O presente Auto de Infração, lavrado em 30/03/2006, exige ICMS no valor de R\$3.859,99 com multa de 70%, por falta de recolhimento do imposto relativo à omissão de saídas de mercadorias tributáveis nos períodos de 2001 a 2003, efetuadas sem a emissão de documentos fiscais, e conseqüentemente sem a respectiva escrituração, apurado por levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias em exercício fechado. À fl 107, juntou-se demonstrativo com o reconhecimento por parte do autuado do valor exigido em 2001. Requereu o contribuinte o pagamento deste com os benefícios da Lei nº 9.650/05.

O autuado impugnou o lançamento fiscal, fl. 110 dos autos, alegando que diversas notas e cupons fiscais não foram considerados pelo autuante em seu levantamento fiscal para o exercício de 2002, listando esses documentos fiscais. Quanto ao exercício de 2003, afirmou que não houve a pretensa omissão, uma vez que todas as mercadorias nessa época só circulavam pelo estabelecimento com a documentação fiscal pertinente. Acostou relação fornecida pelo sistema informatizado da empresa com o fim de provar o alegado. Finalizou pela procedência parcial do Auto de Infração em epígrafe.

O autuante, em informação fiscal prestada à fls. 136/7, disse que o contribuinte não apresentou prova suficiente para desconstituir a pretensão fiscal ora em exame. Explicou que o autuado não juntou cópias dos documentos fiscais tidos como não computados no levantamento fiscal, e que a listagem fornecida pelo sistema informatizado da empresa mostrou-se incompleta, não informando o estoque final dos produtos autuados. Explicou que procedeu a essa auditoria com base nos arquivos SINTEGRA e nos livros fiscais do contribuinte, pronunciando-se pela procedência da autuação.

Através do Acórdão JJF nº 0249-05.06, decidiu a 5ª Junta de Julgamento Fiscal pela procedência do Auto de Infração em epígrafe, sob o entendimento de que:

*“O contribuinte foi autuado por falta de recolhimento do imposto relativo à omissão de saídas de mercadorias tributáveis efetuadas sem a emissão de documentos fiscais, apurado*

*por levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias em exercício fechado. O autuado reconheceu o cometimento da infração quanto ao ano de 2001, inclusive providenciando o pagamento deste valor feito com os benefícios da Lei de nº 9.650/05, conforme desconto comprobatório à fl. 141 dos autos. Ao agir assim, exclui a lide deste item, motivo pelo qual o mantenho sem me aprofundar no exame do mesmo.*

*Quanto aos exercícios de 2002 e 2003, constatei que o contribuinte tomando ciência dos fatos a ele atribuídos não apresentou prova hábil que pudesse elidir a acusação. O art. 123, § 5º do RPAF estabelece que o momento de apresentar as provas é na defesa sob pena de em não agindo assim, operar a preclusão. Neste mesmo sentido, o aludido regulamento em seu art. 142 preconiza que a recusa de qualquer parte em comprovar fato controverso com elemento probatório de que necessariamente disponha importa presunção de veracidade da afirmação da parte contrária. O sujeito passivo tributário ao não apresentar as provas que alegava dispor, como notas e cupons fiscais contendo os produtos autuados, e supostamente não considerados no levantamento fiscal que fundamentou a lavratura deste Auto de Infração, descumpriu as normas regulamentares acima citadas. Ressalto que a listagem apresentada com a movimentação dos produtos arrolados em levantamento fiscal não constitui em si prova suficiente. Em face disso, não tenho como acolher essa argumentação da defesa. Se a mesma entendeu que o Auto de Infração em exame não contém toda a documentação pertinente, o momento para apresentá-los era na própria defesa, como assim não o fez, mantenho a autuação em toda a sua inteireza.*

*Observei que o autuante elaborou os levantamentos e demonstrativos inerentes ao roteiro de Auditoria de Estoques aplicado, utilizando para tal sistema corporativo desta SEFAZ, que automatiza a apuração de estoques.*

*Em sendo assim, voto pela PROCEDÊNCIA da autuação para exigir o imposto no montante de R\$3.859,99 com multa de 70%, devendo ser homologado o valor efetivamente recolhido, com os benefícios da Lei de nº 9.650/05”.*

Inconformado com a Decisão recorrida, interpõe o contribuinte Recurso Voluntário, através do qual repisa os argumentos expendidos em primeira instância, em especial o fato de que existem erros no levantamento quantitativo de estoques realizado pelo autuante em relação ao exercício de 2002, anexando documentação. No que tange ao exercício de 2003, colaciona à sua peça recursal relatórios que estariam amparados na documentação fisco-contábil da empresa, que resultariam em considerável redução do débito. Requereu a nulidade do Acórdão recorrido, tendo em vista que o mesmo não apreciou o pedido de diligência formulado pelo autuado.

A ilustre representante da PGE/PROFIS, após tecer escorço histórico do presente processo administrativo fiscal, argumentando que a tese recursal está lastreada em elementos fáticos, opina no sentido de que venha a ser realizada diligência por parte da ASTEC, deste CONSEF.

Após inclusão do presente processo em pauta suplementar, decidiu esta 2ª Câmara de Julgamento Fiscal convertê-lo em diligência à ASTEC do CONSEF, a fim de que fosse analisada “a documentação apresentada pelo recorrente em sua peça recursal (fls. 159 a 182), atinente ao exercício de 2002, averiguando se a mesma tem o condão, ou não, de comprovar a existência de erros no levantamento quantitativo de estoques realizado na presente autuação”. Determinou, ainda, no que tange ao exercício de 2003, que fossem apreciados os relatórios jungidos as fls. 183 a 197, observando “se os mesmos estão amparados em documentação fiscal da empresa, que resultem em redução do débito”. Por fim, foi solicitado que “Em sendo afirmativa as respostas aos questionamentos formulados nos itens anteriores, elaborar Demonstrativo de Débito promovendo as devidas reduções do montante objeto de autuação”, entregando-se, posteriormente, cópia da diligência e dos novos demonstrativos ao recorrente e ao autuante, concedendo-lhes o prazo de lei para manifestação e encaminhando os autos, logo em seguida, à PGE/PROFIS para elaboração de Parecer conclusivo.

Através do Parecer ASTEC nº 19/2007, asseverou o i. fiscal diligente que “os códigos de mercadorias constantes nos documentos fiscais de fls. 159 a 182 não constam dos demonstrativos de saídas do levantamento quantitativo do exercício 2002 (fls. 29 a 34)”. Acrescentou que “os demonstrativos elaborados pelo contribuinte de fls. 183 a 197 não se acham acompanhados de documentação fiscal comprobatória”.

Cientificados autuado e autuante acerca do resultado da diligência, apenas o primeiro se manifestou, acostando aos autos uma série de documentos, endereçando-os à ASTEC.

O autuante se manifesta acerca dos documentos apresentados pelo contribuinte, sustentando a procedência da autuação.

A ilustre representante da PGE/PROFIS, em face da apresentação de novos documentos por parte do contribuinte após a realização da diligência anterior, opina no sentido de que seja renovada a diligência para apuração dos fatos e documentos novos, em atenção ao princípio da verdade material.

Após inclusão do PAF em pauta suplementar, decidiu esta 2.<sup>a</sup> Câmara de Julgamento convertê-lo, mais uma vez, em diligência, a fim de que a ASTEC se pronunciasse acerca dos novos documentos acostados aos autos após a realização da diligência anterior.

O ilustre diligente da ASTEC emite novo Parecer, através do qual assevera que:

a) quanto ao exercício de 2002:

*“Verificamos que os estoques iniciais dos itens que apresentaram diferenças originais (8163, 8360, 8372 – fl. 36), tinham anteriormente os códigos 23.3, 22.1. e 21.0, respectivamente, e que, conforme os cupons fiscais anexos, as saídas com esses códigos antigos não foram consideradas no levantamento fiscal original. Em consequência, feito o ajuste no levantamento (demonstrativo anexo), o valor do ICMS devido passou de R\$ 991,82 para R\$ 77,63.”*

b) quanto ao exercício de 2003:

*“Computando os documentos fiscais apresentados pelo contribuinte entre as fls. 259 a 419 e que não constam do levantamento original, conforme demonstrativo anexo, eliminam-se as diferenças originalmente verificadas nesse exercício.”*

Intimados autuado e autuante acerca do resultado da diligência, apenas este último se manifestou aduzindo não se opor ao resultado apontado na referida diligência.

A ilustre representante da PGE/PROFIS emite Parecer conclusivo a respeito da matéria, através do qual opina pelo Provimento Parcial do Recurso Voluntário interposto, nos termos do Parecer ASTEC, reduzindo o montante da infração 2 para R\$ 77,63 e excluindo o exercício de 2003.

O Procurador Assistente da PGE/PROFIS profere Despacho concordando com o Parecer anteriormente exarado.

## VOTO

Merece reforma a Decisão recorrida.

Isso porque a diligência realizada pela ASTEC em segunda instância revelou que os documentos trazidos pelo recorrente se mostraram hábeis a comprovar grande parte das diferenças de estoques encontradas originalmente.

No que se refere ao exercício de 2002, os estoques iniciais dos itens que apresentaram diferenças originais (8163, 8360, 8372 – fl. 36), tinham anteriormente os códigos 23.3, 22.1. e 21.0, respectivamente, e que, conforme os cupons fiscais anexos, as saídas com esses códigos antigos não foram consideradas no levantamento fiscal original.

Por tal razão, feito o ajuste no levantamento, o valor do ICMS devido passou de R\$ 991,82 para R\$ 77,63.

Com relação ao exercício de 2003, após análise dos documentos fiscais apresentados pelo contribuinte entre as fls. 259 a 419 e que não constam do levantamento original, ficam eliminadas as diferenças originalmente verificadas no referido exercício.

Destarte, com espeque na diligência realizada pela ASTEC, voto no sentido de **PROVER PARCIALMENTE** o Recurso Voluntário interposto para reduzir a infração 2 para o montante de R\$77,63 e afastar da autuação os valores consignados na infração 3, homologando a importância recolhida na infração 1.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER PARCIALMENTE** o Recurso Voluntário apresentado para modificar a Decisão recorrida e julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206915.0003/06-2**, lavrado contra **DITEN COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$88,92**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais, devendo ser homologado o valor efetivamente recolhido, com os benefícios da Lei de nº 9.650/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de abril de 2008.

TOLSTOI SEARA NOLASCO - PRESIDENTE

NELSON ANTÔNIO DAIHA FILHO - RELATOR

ÂNGELI MARIA GUIMARÃES FEITOSA - REPR. DA PGE/PROFIS